

ALECE Play: um estudo de caso sobre a construção de uma plataforma de streaming para a comunicação pública parlamentar¹

Rodrigo Lima Diôgo²

Ana Vitória de Oliveira Marques³

RESUMO

No cenário de plataformização da comunicação, instituições parlamentares enfrentam o desafio de garantir acesso à informação e soberania digital, muitas vezes dependentes de plataformas comerciais. A Assembleia Legislativa do Estado Ceará (Alece) lidava com conteúdos audiovisuais dispersos, dificultando o acesso do cidadão. Este estudo de caso analisa o processo de implementação do ALECE Play, plataforma de streaming criada para centralizar conteúdos, fortalecer a comunicação pública e a soberania informacional. Tem como base os conceitos de Comunicação Pública, Parlamento Aberto e Soberania Digital. Os resultados do 1º semestre de 2025, com 49.886 visualizações e 6,8 mil usuários ativos, comprovam a relevância da iniciativa e o interesse cívico quando o conteúdo é acessível e organizado, o que nos leva a constatar que esse pode ser um modelo replicável para outras instituições públicas, reforçando a transparência e a relação com a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; parlamento aberto; soberania digital; streaming parlamentar; estudo de caso.

1. Introdução

Na era pós-moderna, a mediação da comunicação e das relações sociais acontece de modo plataformizado. A plataformização, como conceituam Poell, Nieborg e van Dijck (2020), pode ser compreendida como a penetração das infraestruturas, modelos de negócio e governança das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida. Nesse contexto, a "esfera pública", onde acontecem os debates e a formação da opinião pública, como apresentado pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas (1989 [1962]), passa a ser digital. Um problema emerge diante dessa situação, a dominância dessas plataformas digitais, representadas pelas Big Techs,

¹ Trabalho apresentado no GT 06 - Boas Práticas em Comunicação Pública: Estudos de caso no III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, realizado de 20 a 22 de outubro de 2025, em São Cristóvão/SE.

² Graduando em Análise e Desenvolvimento de Sistemas na Universidade Federal do Cariri (UFCA), servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). E-mail: rodrigolima1997@gmail.com.

³ Jornalista graduada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), pós-graduada em Comunicação Pública e Governamental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), servidora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). E-mail: anavitoriamarques16@gmail.com

é concentrada na mão de poucas pessoas e com um recorte socioeconômico bem específico: homens, brancos, ricos e originários, em sua maioria, do norte global.

No contexto de transformação informacional da sociedade em rede (Castells, 1999), instituições parlamentares enfrentam o desafio de tornar inteligíveis, acessíveis e auditáveis seus conteúdos e processos, em diferentes mídias e plataformas. A maioria das Casas Legislativas do Brasil transmitem suas atividades por meio de plataformas como YouTube, sendo também um repositório onde ficam guardados os registros dos trabalhos. A partir disso, emerge a necessidade de se ter a soberania digital da tecnologia, obtendo a capacidade de controlar os componentes fundamentais do processo digital, garantindo o acesso democrático aos conteúdos para além das normas e critérios definidos pelas plataformas vigentes e o registro histórico das atividades e conteúdos produzidos pela instituição.

Na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece), a situação não é diferente do que foi supracitado. A produção audiovisual de TV, rádio, podcasts, documentários e programas de estúdio apresentava dispersão em múltiplos repositórios, baixa padronização de metadados e dependência de plataformas comerciais, tensionando princípios de transparência ativa (Lei de Acesso à Informação) e proteção de dados (LGPD), além de comprometer práticas de parlamento aberto e limitar o alcance da comunicação institucional.

Dessa forma, a valiosa produção de conteúdo audiovisual da Casa estava dispersa, existindo em diferentes plataformas e links e criando uma jornada confusa para o cidadão interessado. O problema a ser resolvido não era apenas tecnológico, mas fundamentalmente de comunicação: como poderíamos criar um ponto de encontro digital, um "lugar" único e confiável onde o cidadão pudesse acessar, de forma simples e direta, toda a atividade parlamentar? É então que nasce o ALECE Play, uma plataforma de streaming e repositório multimídia.

Portanto, o presente trabalho propõe-se analisar o processo de implementação da plataforma ALECE Play, por meio de um estudo de caso, enquanto solução institucional orientada à comunicação pública, articulando radiodifusão pública e meios digitais. Este estudo examina os aspectos técnicos, políticos e sociais desta plataforma,

avaliando seu impacto na democratização do acesso à informação parlamentar e no fortalecimento da cidadania digital.

Para isso, esta pesquisa se volta para a seguinte questão problema: Como uma plataforma institucional de streaming e repositório multimídia pode aprimorar transparência, acesso, descoberta e engajamento cívico em comunicação pública parlamentar, reduzindo dependências de terceiros e fortalecendo a soberania informacional?

O objeto de pesquisa é, assim, o ALECE Play, enquanto ecossistema de portal público e painel administrativo para gestão e distribuição de conteúdos audiovisuais da Alece. Entre os objetivos específicos do estudo estão analisar a construção do desenho e da operação do ALECE Play à luz de referenciais de comunicação pública e parlamento aberto; avaliar padrões de uso (acessos, usuários ativos, retenção) e implicações para programação e curadoria; e discutir contribuições do modelo para soberania digital, governança de dados e radiodifusão pública.

2. Aspectos conceituais norteadores

A comunicação pública nas democracias contemporâneas transcende a mera divulgação de informações governamentais, assumindo papel fundamental na construção de uma esfera pública democrática e participativa. No contexto dos Parlamentos, a comunicação pública adquire dimensões específicas relacionadas à transparência, accountability e participação cidadã, elementos essenciais do conceito de "parlamento aberto".

Para guiar o projeto, a instituição baseou-se em três pilares conceituais. O primeiro, a Comunicação Pública (ABCPública, 2021; Duarte, 2009; Zémor, 1995), que orientou a construção de uma ferramenta que não apenas "transmitisse" informação, mas que abrisse um canal para o diálogo e o entendimento. O segundo, o Parlamento Aberto, que impulsionou a Alece a ir além da obrigação legal de transparência, buscando ativamente formas de facilitar o controle social. Por fim, a Soberania Digital, o princípio que levou à decisão de construir uma plataforma própria, garantindo autonomia sobre os dados e a forma de comunicar, sem dependência excessiva de

plataformas comerciais cujos algoritmos e interesses nem sempre se alinham com o interesse público.

A comunicação pública, enquanto serviço orientado ao interesse público, demanda inteligibilidade, transparência e abertura ao diálogo, o que é consonante com a esfera pública enunciada por Habermas (1984), que pressupõe infraestruturas e práticas comunicativas que viabilizem formação de opinião e vontade, com publicidade e racionalidade argumentativa. Nesse sentido, na sociedade em rede (Castells, 1999), a arquitetura informacional e as plataformas digitais tornam-se mediadores centrais de visibilidade e circulação simbólica.

Esses conceitos, em um contexto legislativo, dialogam diretamente com o paradigma de parlamento aberto (Open Parliament Partnership, 2016), que incentiva a transparência ativa, a participação e a prestação de contas, implicando políticas de dados e acessibilidade compreensíveis a diversos públicos. No Brasil, as balizas legais estão compreendidas na Lei de Acesso à Informação (LAI) e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Em termos culturais e tecnológicos, nos baseamos também em Lévy (1999), que discute a cibercultura como ecossistema de produção e circulação de significados, no qual mediações técnicas, taxonomias e interfaces condicionam o acesso e a apropriação social da informação.

3. O ALECE Play como proposta de solução no contexto organizacional

Esses Complementando a problemática supracitada, a Alece sofria com uma configuração fragmentada no que se referia ao acervo multimídia substancial, acumulado ao longo dos anos. As produções (sessões plenárias, programas de TV e rádio, podcasts, documentários e entrevistas) eram distribuídas em múltiplas plataformas e endereços, sem padronização de metadados e sem um fluxo institucionalizado de publicação e distribuição, o que gerava:

- Dificuldade de acesso do cidadão à informação parlamentar e a reconstrução de contexto;
- Restrição na transparência ativa e na auditabilidade social das ações legislativas;

- Dependência operacional e estratégica de plataformas comerciais, sujeitas a políticas e algoritmos opacos;
- E elevação do retrabalho interno e da incidência de erros (títulos, descrições, capas e taxonomias inconsistentes).

Além disso, no plano organizacional, observavam-se descontinuidades entre redação, arquivamento, publicação e distribuição, além de limitações estruturais (infraestrutura de servidores, conectividade, perfis de uso heterogêneos e capacitação).

Foi colocado, assim, o desafio de unificar o ecossistema audiovisual em um ponto de acesso confiável, com governança de dados e experiência consistente para servidores e cidadãos, nos termos da comunicação pública e do parlamento aberto. A resposta a esse desafio foi a criação do ALECE Play, uma plataforma de streaming desenvolvida internamente. Mais do que um simples site, a solução foi concebida como um ecossistema de conteúdo. O objetivo era oferecer uma experiência similar às grandes plataformas de streaming do mercado, mas com um foco cívico.

Entre os objetivos específicos estavam: a) a gestão integrada de conteúdo, que busca centralizar vídeos, áudios e podcasts em uma única plataforma; b) a transmissão em tempo real, que visa disponibilizar streaming ao vivo de sessões plenárias e eventos legislativos; c) arquivo histórico, que busca constituir um repositório permanente das produções audiovisuais da Alece; d) a distribuição multiplataforma, que visa integrar com YouTube, Spotify e outras plataformas para ampliar o alcance; e) a personalização da experiência, que deve oferecer funcionalidades como "Continue Assistindo" e recomendações personalizadas.

Destacamos, então, que o ALECE Play foi concebida com dois eixos complementares:

- Portal público: A plataforma centraliza todo o conteúdo em vídeo e áudio, permite transmissões ao vivo e organiza o acervo histórico de forma intuitiva, oferecendo busca e páginas de programas, e organizando conteúdos por núcleos editoriais.
- Painel administrativo: Permite a gestão interna por meio da estruturação de fluxos por área (TV, FM, Agência), com controle de metadados, revisão e publicação, e documentação contextualizada.

Elementos nucleares da solução incluem catalogação consistente (título, descrição, palavras-chave, responsáveis, datas e vínculos a séries), repositório unificado com URLs estáveis (controle institucional de distribuição), integrações com plataformas externas com o portal como origem do sinal, e mecanismos de transmissão ao vivo aliados à gestão do acervo histórico.

A proposta do ALECE Play evidencia a possibilidade de uma infraestrutura cívica de comunicação pública, articulando radiodifusão pública e meios digitais com governança de dados, padronização de metadados e documentação operativa.

4. Plano de trabalho de construção e implementação do ALECE Play

A construção do ALECE Play não foi uma simples tarefa técnica, mas uma jornada de organização e estratégia comunicacional, que pode ser descrita em três grandes momentos. O primeiro momento foi o de "construir a casa", dedicado a mapear o conteúdo disperso e criar a estrutura central da plataforma, garantindo que as fundações da "casa digital" do Legislativo cearense fossem sólidas e seguras.

O segundo, o de "abrir as portas para o cidadão", voltou-se para a experiência do usuário, implementando uma busca eficiente, players amigáveis e integrando a plataforma com as redes sociais para levar o conteúdo até onde o cidadão já estava.

O último momento foi o de "cuidar dos detalhes", focado no refinamento da velocidade, na acessibilidade em dispositivos móveis e na confiabilidade das transmissões ao vivo, entendendo que a confiança do público também é construída através de uma experiência digital fluida e profissional.

A seguir, detalhamos o plano de trabalho para a implementação da solução, que aconteceu entre os períodos 14 de Fevereiro de 2023 a 22 de setembro de 2025:

1. Diagnóstico e requisitos: mapeamento de conteúdos dispersos, dores operacionais e necessidades de transparência (entrevistas, observação de rotinas, coleta de exemplos de metadados). Período: Entre 14 de fevereiro de 2023 e 14 de julho de 2023

2. Prototipagem e padronização: uso de formulário e planilha (Google Forms/Sheets) para validar taxonomias e ritmo de operação intersetorial. Período: Entre 14 de maio de 2023 e 20 de setembro de 2024
3. Hibridismo controlado: coexistência da planilha com a primeira versão do painel/portal, garantindo continuidade do acervo e padronização do banco de dados. Entre 10 de agosto de 2024 e 18 de dezembro de 2024
4. Primeiro lançamento: consolidação de portal público e backoffice, com transmissões ao vivo, séries e páginas de programas, acompanhada de revisão de metadados. Período: 18 de dezembro de 2024
5. Operação assistida e melhoria contínua: correção de bugs, monitoramento de uso e ajustes de UX, documentação por perfil e treinamento sob demanda. Período: Entre 18 de dezembro de 2024 e 20 de agosto de 2025
6. Roadmap de automações (2025): orquestração de publicação do portal para YouTube/Spotify/Deezer, notificações internas e integração ampliada com redes sociais. Período: Entre 20 de agosto de 2025 e 22 de setembro de 2025

No processo de construção do ALECE Play, foi adotada uma abordagem incremental, próxima à pesquisa-ação institucional, com ciclos curtos de coleta de requisitos, implantação e avaliação, baseados em entrevistas com equipes (redação, TV, FM e agência) e em documentação viva no próprio painel. A narrativa operacional resultante, registrada em memorandos e reuniões, guiou decisões de design e priorização, favorecendo a aderência organizacional e a aprendizagem contínua.

4.1. Recursos humanos, materiais e custos envolvidos

O projeto foi realizado majoritariamente com talentos da própria instituição, envolvendo uma colaboração estreita entre a equipe de tecnologia e os profissionais de comunicação, o que representou uma otimização de recursos e um investimento estratégico na capacitação interna.

Do ponto de vista técnico, foi priorizado o uso de tecnologias abertas e desenvolvimento interno, com os custos concentrados em infraestrutura (armazenamento, processamento, largura de banda) e manutenção evolutiva. O

dimensionamento é ajustado por uso real (analytics) e metas de disponibilidade. A decisão de usar tecnologias de código aberto não apenas reduziu custos, mas reforçou o pilar da soberania digital. O principal recurso, portanto, foi o capital humano e o compromisso institucional em ver a comunicação pública como uma área estratégica.

4.2. Arquitetura Tecnológica

Neste subtópico, vamos utilizar uma linguagem mais técnica para apresentar a arquitetura tecnológica no qual o ALECE Play foi baseado e construído, sobretudo para apreciação e registro da experiência de modo integral. A plataforma baseia-se em uma arquitetura híbrida que combina:

TABELA 1 – Arquitetura backend e frontend

Backend	Frontend
<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem: PHP 7.2+ com arquitetura MVC simplificada • Banco de Dados: MySQL 5.7+ com estrutura relacional otimizada • Integração de APIs: YouTube API e Spotify Embed • Sistema de segurança: Criptografia de senhas, controle de acesso multinível, proteção CSRF 	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologias: HTML5, CSS3, JavaScript nativo • Design responsivo adaptativo para múltiplos dispositivos • Players customizados para vídeo e áudio • Interface de usuário intuitiva com navegação lateral

Na perspectiva da Governança de Dados, a plataforma implementa um modelo de governança conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), estabelecendo:

- Níveis de Acesso Diferenciados: Administrador, Arquivamento, Marketing, Editor, Produtor;
- Processo de Dados Estruturado: Coleta, tratamento e armazenamento de dados de usuários administrativos e conteúdo;

- Medidas de Segurança: Senhas criptografadas, logs de atividade, sistema de backup;
- Canal de Atendimento LGPD: Estabelecimento de procedimentos para exercício de direitos dos titulares.

5. Resultados atingidos, avaliação e perspectivas

Os resultados do primeiro semestre de 2025 falam por si. Com 49.886 visualizações e mais de 6,8 mil usuários ativos, a plataforma demonstrou a existência de uma demanda reprimida por informação parlamentar de qualidade e fácil acesso. Os dados mostram que os cidadãos não apenas consomem as notícias do dia a dia, mas também se engajam com conteúdos mais aprofundados, como debates e entrevistas.

O ALECE Play provou que, quando a informação pública é apresentada de forma organizada e profissional, o interesse cívico floresce. A perspectiva é de contínuo crescimento, utilizando os dados de uso para aprimorar cada vez mais a oferta de conteúdo.

A seguir, trazemos alguns dados que demonstram esses resultados e embasam as nossas percepções. Os indicadores são referentes ao período de janeiro a junho de 2025, segundo relatório analítico institucional:

- 49.886 visualizações e 121.725 eventos no período;
- Páginas líderes de tráfego: ALECE TV, Home, ALECE FM e Atividades Legislativas;
- Conteúdos de maior retenção: entrevistas, debates e programas culturais (tempos médios superiores à média da plataforma);
- Evidência de interesse em eventos ao vivo (ex.: sessões e posses oficiais com atração relevante de usuários).

TABELA 2 – Top 5 páginas por visualizações

Título da Página	Visualizações
ALECE TV - ALECE Play	13.525

Título da Página	Visualizações
Home - ALECE Play	10.101
ALECE FM - ALECE Play	3.236
ALECE Play - ALECE Play	1.556
Atividades Legislativas - ALECE Play	925

TABELA 3 – Top 5 páginas por usuários ativos

Título da Página	Usuários Ativos
ALECE TV - ALECE Play	2.538
Home - ALECE Play	1.406
ALECE FM - ALECE Play	640
ALECE Play - ALECE Play	505
Atividades Legislativas - ALECE Play	376

As tabelas 1 e 2 evidenciam a centralidade de ALECE TV e Home como principais portas de entrada. Observamos a oportunidade de aprimoramento na seção Atividades Legislativas, dada sua relevância de acesso e menor engajamento médio, recomendando-se revisão de conteúdo e navegação.

5.1. Percepções e contribuições

Os dados supracitados nos permitiram realizar algumas observações sobre o funcionamento da plataforma e o cumprimento de desafios propostos. No que se refere aos impactos na Comunicação Pública, os objetivos propostos inicialmente foram

concretizados, a partir da democratização do acesso, com disponibilização de conteúdo parlamentar 24/7; da diversificação de formatos, com integração de vídeo, áudio e podcast em uma única plataforma; personalização da experiência, com funcionalidades que respeitam preferências individuais de consumo; e alcance ampliado, com integração com plataformas consolidadas (YouTube, Spotify).

Além disso, foi constatado que a centralização elevou a encontrabilidade do acervo e a coerência editorial, a padronização de metadados reduziu retrabalho e erros de publicação e a documentação e painéis por perfil melhoraram a experiência do servidor.

TABELA 4 – Contribuições teóricas e práticas

Contribuições Teóricas	Contribuições Práticas
<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação Pública Digital: Demonstração empírica de como tecnologias digitais podem potencializar a comunicação parlamentar; • Parlamento Aberto: Evidências práticas sobre implementação de princípios de transparência e participação; • Soberania Digital: Exemplo de exercício de autonomia tecnológica no setor público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo Replicável: Metodologia e arquitetura adaptáveis para outras casas legislativas; • Boas Práticas: Procedimentos testados de governança de dados e segurança informacional; • Indicadores de Sucesso: Métricas mensuráveis para avaliação de impacto.

5.2. Perspectivas futuras

Os resultados sugerem ainda que há a necessidade de investimentos em políticas públicas que priorizem a infraestrutura digital parlamentar, assim como marcos regulatórios específicos para comunicação pública digital. É preciso destacar também a

importância da capacitação técnica de recursos humanos especializados no setor público.

Como implementações futuras, existem planos para a automação de publicações do portal para plataformas externas e notificações institucionais; a ampliação de integrações (redes sociais), com curadoria e métricas unificadas; as evoluções de acessibilidade e desempenho, com foco em dispositivos móveis; e estratégias para ingestão retroativa de acervo histórico com metadados padronizados.

6. Desafios e limitações

No processo de implementação desta solução, também foram identificadas alguns desafios e limitações. Do ponto de vista técnico, há a necessidade de melhorias na infraestrutura de servidores, sobretudo diante das demandas crescentes de armazenamento e processamento; foi observado também o desafio da complexidade na integração com múltiplas plataformas externas; no que se refere à experiência do usuário, foi identificado baixo engajamento em conteúdo institucional e a necessidade de aprimoramento desse quesito em determinadas partes da interface da plataforma (p. ex., Atividades Legislativas).

Do ponto de vista da gestão e governança institucional da solução, foi identificada a dependência de recursos humanos especializados, com equipe técnica permanente; necessidade de integração institucional e alinhamento entre diferentes setores da Alece, com a compreensão da comunicação como fator estratégico no posicionamento da Casa Legislativa e cumprimento do seu papel social; além da demanda contínua em investimentos na atualização tecnológica.

7. Conclusão

O ALECE Play demonstrou ser mais do que um projeto de tecnologia, é um caso de sucesso sobre como uma instituição pública pode, e deve, assumir o protagonismo de sua própria comunicação, garantindo autonomia técnica e editorial. Ao transformar um ecossistema de informação fragmentado e dependente de terceiros em uma plataforma

coesa e centrada no cidadão, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) consolidou um repositório vivo, transmissões confiáveis e fluxos de trabalho padronizados, beneficiando tanto servidores quanto cidadãos.

A iniciativa demonstra que, com visão estratégica e investimento em autonomia, é possível fortalecer a transparência, fomentar a cidadania e construir uma ponte mais sólida e confiável entre o parlamento e a sociedade a que ele serve, sendo um exemplo de boa prática em comunicação pública alinhada aos princípios de parlamento aberto e soberania digital. Os resultados iniciais e o roadmap de automações indicam também o potencial de crescimento sustentado e melhoria contínua da qualidade do serviço público de comunicação.

REFERÊNCIAS:

ABCPÚBLICA. MEDEIROS, A.; CHIRNEV, L. Guia de Comunicação Pública. Brasília: ABCPública, 2021.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUARTE, J. (Org.). Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

OPEN PARLIAMENT PARTNERSHIP. Declaration on Parliamentary Openness. 2016. Disponível em: <https://www.openingparliament.org/declaration>. Acesso em: 25 set. 2025.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. Fronteiras – estudos midiáticos, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZÉMOR, P. La Communication Publique. Paris: PUF, 1995. Trad. E. Brandão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Relatórios internos de analytics do ALECE Play (jan.–jun. 2025). Fortaleza: ALECE, 2025.

GLOSSÁRIO:



- Arquitetura em camadas e integrações: separação entre portal público e backoffice, serviços de ingestão/produção e conectores para YouTube/Spotify/Deezer, com trajetória de automações.
- Big Techs: são as maiores e mais influentes empresas de tecnologia do mundo, como Google (Alphabet), Apple, Microsoft, Meta e Amazon, que dominam o mercado de produtos e serviços digitais, exercendo um grande poder econômico e cultural através de suas inovações escaláveis e alcance global. Elas transformam a forma como interagimos com o mundo digital e são importantes influenciadoras na economia global e no avanço tecnológico.
- Esfera pública: é um conceito sociológico e político que se refere ao espaço social onde os cidadãos e grupos debatem e formam opiniões sobre assuntos de interesse coletivo, influenciando, assim, a vida política e social.
- Experiência do Usuário (UX): é a percepção e os sentimentos de uma pessoa ao interagir com um produto, serviço ou sistema, especialmente em meios digitais, e cujo objetivo é tornar essa interação agradável, eficiente e significativa. Para que isso aconteça, a UX envolve elementos como a facilidade de uso (usabilidade), a utilidade do produto para as necessidades do usuário, a acessibilidade para todos os públicos e um design visual atraente e funcional.
- Frontend e Backend: Frontend refere-se à parte de uma aplicação que o utilizador vê e interage, focando na interface visual e usabilidade, utilizando tecnologias como HTML, CSS e JavaScript. O Backend é a parte invisível que faz a aplicação funcionar, responsável pela lógica de negócio, processamento de dados, gestão de bases de dados e segurança, usando linguagens como Python, Java ou PHP e bancos de dados.
- Governança de dados: é um sistema de políticas, padrões e práticas que define como os dados são coletados, armazenados, processados, acessados e descartados dentro de uma organização ou governo, garantindo a sua qualidade, segurança, conformidade ética e conformidade regulatória.
- Parlamento Aberto: é um movimento global e um conjunto de princípios que promovem a transparência, o acesso à informação, a prestação de contas e a participação cidadã no trabalho do Poder Legislativo. Seu objetivo é aproximar o Parlamento da população, capacitando os cidadãos a interagirem, controlar e influenciar o processo democrático, garantindo assim a ética e a probidade nas instituições.
- Plataformização: é a expansão da influência e das infraestruturas das plataformas digitais para diversas áreas da vida, incluindo economia, trabalho, educação e governo, reorganizando práticas culturais e sociais em torno dessas plataformas.
- Roadmap: é o programa que enuncia as metas de desenvolvimento de um software. Nele podem ser encontradas ainda as possíveis datas de lançamento



das próximas versões, bem como um registro do lançamento e notas das versões anteriores.

- Soberania Digital: é a capacidade de um Estado ou organização ter autonomia, controle e autodeterminação sobre seus dados, softwares, hardwares e infraestruturas digitais. Isso envolve desenvolver, regular e proteger tecnologias digitais e dados, o que é crucial para a segurança nacional, privacidade, e para evitar a dependência de tecnologias estrangeiras.
- Streaming: é uma tecnologia que permite a transmissão de conteúdos multimídia, como vídeos e áudio, através da internet, sem a necessidade de descarregar o ficheiro completo para o dispositivo. Os dados são divididos em pacotes que chegam continuamente a um dispositivo (como um computador ou smartphone), sendo reproduzidos em tempo real pelo leitor de áudio ou vídeo, o que permite assistir ou ouvir o conteúdo enquanto ele é carregado.
- Tecnologias de código aberto: são softwares cujo código-fonte é público, permitindo que qualquer pessoa o acesse, modifique, aprimore e redistribua livremente, muitas vezes sem custo.
- Transparência ativa: é a divulgação espontânea e proativa de informações de interesse público pelo próprio órgão, sem que o cidadão precise solicitar.
- Transparência passiva: é a forma como os órgãos públicos respondem aos pedidos de informação feitos por cidadãos, por meio de solicitações formais.